



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

### PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O Deputado que este subscreve, com amparo no § 2º do Art. 41 da Constituição do Estado, c/c o Art. 197, do Regimento Interno deste Poder, requer, após deliberação do Plenário, que seja encaminhado ao Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil, **Pedido de Informação** nos seguintes termos:

**Considerando** que Santa Catarina figura historicamente entre os estados brasileiros mais afetados por desastres naturais, com recorrentes registros de enchentes, enxurradas, alagamentos, deslizamentos de terra, vendavais e tempestades severas, eventos que frequentemente provocam perdas humanas, danos à infraestrutura e prejuízos econômicos significativos;

**Considerando** que a prevenção e a mitigação de riscos representam investimentos de elevado retorno social e econômico, reduzindo perdas humanas, danos ao patrimônio público e privado e custos posteriores com reconstrução;

**Considerando** que, no âmbito do Processo PCG nº 25/00148666, referente à Prestação de Contas do Governo do Estado relativa ao exercício de 2025, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina registrou apontamentos relacionados à execução das ações e dos recursos destinados à gestão de riscos e à prevenção de desastres, recomendando o aperfeiçoamento do acompanhamento dos resultados alcançados pelas políticas públicas do setor;

**Considerando** que, conforme dados do Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual, aproximadamente R\$ 6,7 milhões previstos para investimentos da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil deixaram de ser destinados à execução de obras, projetos ou ações de prevenção e mitigação de desastres no exercício de 2025, tornando relevante identificar quais iniciativas deixaram de ser contempladas com esses recursos;

**Considerando** que a efetividade das políticas públicas de proteção e defesa civil deve ser avaliada não apenas pela execução financeira, mas pelos resultados concretos entregues à população catarinense em termos de prevenção, mitigação de riscos e redução dos impactos dos desastres naturais;

**Considerando** a relevância do Plano Diretor de Prevenção de Desastres da Bacia do Rio Itajaí, desenvolvido pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) em parceria com o Estado de Santa Catarina após os desastres de 2008, com o objetivo de identificar soluções estruturantes capazes de reduzir os impactos das enchentes e aumentar a resiliência da região, documento concluído em 2011 que estabeleceu um conjunto de obras, investimentos e medidas prioritárias para prevenção de desastres na Bacia do Rio Itajaí;

**Considerando** que o presente mandato parlamentar acompanha, desde 2023, as políticas públicas de prevenção de desastres no Estado, por meio do Pedido de Informação nº 288/2023 (Processo SCC 8861/2023), acerca dos

planos de contingência e da gestão de riscos, da Indicação nº 1087/2023 (Processo SCC 14563/2023), relativa à segurança da Barragem Norte, em José Boiteux, e da Indicação nº 1088/2023 (Processo SCC 14564/2023), referente à implantação das barragens de contenção nos rios Taió, Perimbó e Braço do Trombudo;

**Considerando** que as previsões climáticas divulgadas em 2026 indicam a probabilidade de ocorrência de um fenômeno El Niño de forte intensidade, com potencial de ampliar a frequência e a severidade de eventos extremos, como chuvas intensas, enchentes, enxurradas e deslizamentos;

Diante do exposto, requer-se:

**1-** Informar quais obras, projetos e ações estruturantes de prevenção e mitigação de desastres previstos para os exercícios de **2023, 2024 e 2025 não foram** integralmente executados, indicando os motivos da **não conclusão ou do atraso** na execução.

**2-** Após 15 anos da conclusão do Plano Diretor da JICA, quais recomendações foram efetivamente transformadas em políticas públicas, obras e investimentos concretos para reduzir os riscos de enchentes na Bacia do Rio Itajaí?

**3-** Informar quais resultados concretos foram alcançados entre 2023 e 2025 com os investimentos realizados pela Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil, indicando os principais indicadores utilizados para mensurar esses resultados.

**4-** Informar quais providências foram adotadas pela Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil em decorrência dos apontamentos constantes do Processo PCG nº 25/00148666, referente à Prestação de Contas do Governo do Estado relativa ao exercício de 2025, relacionados à execução das ações de prevenção de desastres e gestão de riscos.

**5-** Informar quais investimentos previstos pela Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil para 2025 não foram executados integralmente, indicando os motivos.

Sala das Sessões,

Deputado Mário Motta.



ELEGIS  
Sistema de Processo  
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Mario Pinto da Motta Junior**, em 24/06/2026, às 14:50.

---